



PRONAF E SEU PAPEL NA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES *PRONAF AND ITS ROLE IN THE SOCIAL DIFFERENTIATION OF FARMERS*

Igor Binotto Benetti

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: igor91benetti@gmail.com

Hector dos Santos Facco

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: hectorfacco@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT5) Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

O presente trabalho visa iniciar uma reflexão sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o seu papel na diferenciação dos agricultores familiares, a partir da análise dos dados disponíveis no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dos estudos presentes na bibliografia que discute o programa. Identifica-se que o PRONAF é um programa que prioriza alguns setores da agricultura familiar brasileira, onde nos últimos anos, beneficiou principalmente os agricultores mais capitalizados, e geograficamente concentrados na região centro-sul do país. Essa concentração intensifica o processo de diferenciação social, onde setores da agricultura familiar mais capitalizados, e com sistemas de produção ligados as *commodities* agropecuárias, obtiveram maior acesso ao crédito, e assim dando maiores possibilidades de produção. Esse processo age legitimando um modelo de desenvolvimento rural com raízes na modernização da agricultura, e tem negligenciado outros setores da agricultura familiar, que estão ligados a sistemas de produção com maior diversidade produtiva e sócio-cultural.

Palavras-chave: Diferenciação social; Pronaf; Agricultura familiar; Crédito rural

Abstract

This paper aims to begin a reflection on the Program for the Strengthening of Family Farming (Pronaf) and its role in the differentiation of family farmers, based on the analysis of data available in the Automatic Recovery System (SIDRA) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and studies present in the bibliography that discusses the program. We can identify that PRONAF is a program that prioritizes some sectors of Brazilian family farming, where in recent years, it has mainly benefited the most capitalized farmers, and geographically concentrated in the center-south region of the country. This concentration intensifies the process of social differentiation, where more capitalized family farming sectors, and with production systems linked to agricultural commodities, have obtained greater access to credit, thus providing greater production possibilities. This process legitimizes a rural development model rooted in the modernization of agriculture, and has neglected other sectors of family farming, which are linked to production systems with greater productive and socio-cultural diversity.

Key words: Social Differentiation; Pronaf; Family farming; Rural credit.

1. Introdução

O Estado brasileiro ao longo de sua história viabilizou apenas um modelo de desenvolvimento rural, que implicou em modernizar a agricultura brasileira e inseri-la no mercado exportador de commodities. O grande latifundiário, capitalizado e com capacidade de se modernizar, foi o principal alvo das políticas de Estado, criadas com a função de acelerar este processo. Durante longo período, foi difundida a ideia de que os índices produtivos e econômicos eram os únicos indicadores de desenvolvimento para o meio rural (MATTEI, 2015). Já o pequeno agricultor familiar, que produzia para sua subsistência e, que era alvo de estigmatização como praticante de uma agricultura atrasada, ineficiente e inadequada (PICOLOTTO, 2012), foi inviabilizado neste processo.



Entretanto, através de organizações como sindicatos rurais, cooperativas, movimentos sociais, parte da igreja católica, técnicos com experiências de extensão rural, lideranças políticas, entre outros, formou-se um grande contingente de atores que partilhavam um novo ideário para a população mais empobrecida do meio rural (SABOURIN, 2017). Resultando assim, na criação da primeira política pública voltada especificamente para a agricultura familiar brasileira, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Criado em 1996, o PRONAF para além de uma política de crédito, pode também ser considerado o marco do reconhecimento da categoria “agricultura familiar”. Sendo a política pública de maior importância para a categoria até o presente momento, principalmente nos valores médios de recursos direcionados e, que somente aumentaram ao longo do tempo.

Embora o PRONAF tenha legitimado a agricultura familiar como categoria social, e assim viabilizando institucionalmente muitas de suas pautas, alguns trabalhos como por exemplo, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) através de levantamento de dados estatísticos oficiais, verificou que há internamente uma desigual distribuição dos recursos do PRONAF perante as diferentes frações de agricultores familiares. Posto isso, verificou-se certo dualismo que se mantém através de modelos agrícolas, onde percebe-se inclinações da política de crédito para setores mais capitalizados e com propensões à modernização vinculada a exportação de *commodities* (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Neste sentido, o presente trabalho busca refletir sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o seu papel na diferenciação dos agricultores familiares, a partir da concentração de recursos em determinados setores da categoria agricultura familiar.

2. Metodologia

O presente trabalho alia a revisão de literatura sobre a temática, com a pesquisa documental, a partir dos dados levantados pelo Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

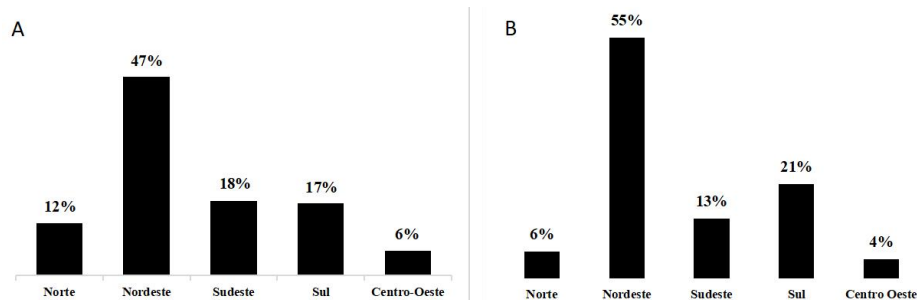
Busca-se trazer para a discussão os processos já diagnosticados na literatura sobre o Pronaf, como a concentração dos recursos em determinados setores da agricultura familiar, e como esses, podem estar potencializando o processo de diferenciação social dos agricultores familiares.

Desta forma, entende-se como diferenciação social, a resultante dos diferentes processos e ações que incidem sobre determinados sujeitos sociais, que irão determinar as diversas posições na estrutura social (PICCIN, 2021), e essa noção torna-se fundamental para a discussão a seguir.

3. Resultados e discussões

Partindo da hipótese, que ocorre um processo de concentração na alocação dos recursos do PRONAF entre os setores da agricultura familiar, visitamos alguns trabalhos. A figura 1 ilustra a distribuição dos estabelecimentos agropecuários familiares entre regiões (A), destacando a região Nordeste que possui aproximadamente 47% dos estabelecimentos no país. Dado que correlacionado a distribuição de estabelecimentos agropecuários familiares entre regiões (B), percebe-se semelhanças com o percentual de estabelecimentos agropecuários familiares (55%).

Figura 1 - Percentagem de estabelecimentos agropecuários familiares (A) e a percentagem de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) (B), em cada região brasileira.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017.

Monteiro e Lemos (2019) analisam a distribuição de recursos do Pronaf entre as regiões e estados brasileiros no período de 1999 a 2014, a hipótese principal do estudo é que ocorre uma desigual distribuição dos valores médios dos contratos. A pesquisa demonstra grande disparidade na alocação dos recursos ao longo do período. Ademais, o mercado exportador de *commodities* numa crescente demanda, teve contribuição para o aumento dos créditos por implementos agrícolas e insumos voltados especificamente para este modelo de produção. Colaborando, Aquino, Gazolla e Schneider (2018), analisam o período entre os anos de 1999 - 2014, apontando que a maior parte dos recursos foram alocados nas regiões Sul e Sudeste. Ainda no mesmo trabalho, constata-se que a maior ocorrência do número de contratos, está nas regiões Sul e Nordeste, e que o maior montante de recursos se concentra na região Sul e Sudeste. Nesse sentido, mesmo tendo um número menor de estabelecimentos, as regiões Sul e Sudeste concentram os recursos. Do mesmo modo, os trabalhos de Junior (2021) e Fossá, Matte e Mattei (2022), chegam na mesma conclusão da concentração dos recursos na região Centro-sul do país.

Junior (2021), aponta também que ocorreu nos últimos anos do PRONAF (pós 2014), um “enxugamento” dos recursos, esse sendo seletivo, incidindo principalmente sobre as atividades da produção diversificada da agricultura familiar, dos agricultores menos capitalizados, e sobre os municípios das regiões Nordeste, Sudeste e Norte, com maior intensidade nos municípios do Semiárido e da Amazônia.

Neste sentido, Aquino, Gazolla e Schneider (2018), argumentam que internamente a categoria agricultura familiar goza de grande heterogeneidade, bem como, modelos agrícolas distintos. Porém o PRONAF tem favorecido setores da agricultura propensos a modernização alinhada à produção de *commodities* para exportação. Sendo assim, os recursos acabam concentrados em regiões favorecidas, e a política potencializa desigualdades internas para a categoria (AQUINO; SCHNEIDER, 2015), e deste modo, colaborando no processo de diferenciação social dos agricultores.

Ainda, os trabalhos apontam para questões importantes sobre o Pronaf, como a concentração dos recursos na produção de *commodities* e nos produtores mais capitalizados (JUNIOR, 2021; MONTEIRO; LEMOS, 2019; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018); o aumento médio ao longo do período dos recursos disponibilizado, a queda do número de contratos, e o aumento do valor médio das operações financeiras (FOSSÁ; MATTE; MATTEI, 2022).

4. Considerações finais

No presente trabalho pode-se identificar que na literatura, o PRONAF é um programa que prioriza alguns setores da agricultura familiar brasileira, onde nos últimos anos, beneficiou principalmente os agricultores mais capitalizados, e geograficamente concentrados na região Centro-sul do país.

Essa concentração intensifica um processo de diferenciação social, onde agricultores familiares mais capitalizados, e com sistemas de produção ligados as *commodities* agropecuárias, tem “mais” acesso ao crédito, e assim, proporcionando maiores possibilidades de produção. Esse processo age legitimando um modelo de desenvolvimento com raízes na modernização da agricultura, e negligencia outros setores da agricultura familiar, que estão ligados a sistemas de produção com maior diversidade produtiva e sócio-cultural.

Assim, mesmo com toda a importância que a legitimação da categoria agricultura familiar conquistou através do PRONAF, pode-se perceber que as políticas do Estado continuam homogeneizando o modo de produção agrícola. Ou seja, existe um hiato entre questões econômicas e socioculturais na formulação de políticas para a população rural.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar. 1. ed. Piracicaba-SP: **RESR**, 2018.

AQUINO, J. R.; SHNEIDER, S.. O PRONAF e o Desenvolvimento Rural Brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SHNEIDER, Sergio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FOSSÁ, J. L., MATTE, A., & MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, 29(1), 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017 – Resultados Preliminares**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 11 jul. 2019.

JUNIOR, V. J. W.. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade?. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

MATTEI, L.. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. **RESR**. Piracicaba, 2015.

MONTEIRO, A. P.; LEMOS, J. J. S.. Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras. Nº 1. **Revista de Política Agrícola**, 2019.

PICCIN, M. B.. **Senhores de terra, senhores de guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)** - Curitiba : CRV, 2021. 374 p.

PICOLOTTO, E. L.. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO**. Nº 128, jan. 2012.

SABOURIN, E.. **Origens, Evolução e Institucionalização da Política de Agricultura Familiar no Brasil**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.